

Comitiva pede a Itamar medida para as escolas

O deputado Agnelo Queiroz (PC do B), que presidiu a CPI das Mensalidades Escolares na Câmara Legislativa e o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Fernando Gusmão, pediram ontem ao presidente Itamar Franco a edição de uma nova medida provisória em substituição à MP 524, suspensa pelo Supremo Tribunal Federal. A medida previa a conversão em URV das mensalidades pela média dos meses de novembro a fevereiro.

Itamar Franco disse que, enquanto o Congresso não decidir se vota ou não a MP 524, ele não poderá editar nova medida. "A pressão agora deve ser exercida sobre o Congresso, que tem que apreciar a MP. Só depois poderemos tomar alguma iniciativa", explicou o Presidente. Ele garantiu que, assim que os parlamentares decidirem sobre o assunto, ele poderá assinar nova medida com os mesmos critérios de conversão contidos na MP 524. Isto vai depender, no entanto, das circunstâncias jurídicas.

Reajuste — Na visão de Agnelo, a nova medida provisória iria corrigir as imperfeições jurídicas contidas na atual, mas manteria o mesmo critério de conversão em URV. A redução dos valores das mensalidades neste caso seria de aproximadamente 50%. O distrital tem receio de que o Congresso proteja a decisão sobre o futuro da MP. A Lei nº 8.170, lembra Agnelo, continua vigorando. "Em pleno real, com esta legislação, haveria um novo reajuste de 30% em agosto nas mensalidades escolares", acredita o deputado.

Agnelo disse que levará esta preocupação hoje, às 10h00, ao colégio de líderes do Congresso Nacional. Em contato telefônico ontem com o presidente do Senado, Humberto Lucena, recebeu garantia do senador de que iria ver qual a melhor forma regimental antes de tomar uma posição sobre a MP. Representantes de pais de alunos e de todos os partidos da Câmara Legislativa também estiveram presentes à audiência com o Presidente.